



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº Avulso VIII

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE SETEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia (em licença) - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSB - 02: Doutor Luciano - Reni Pereira; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

Instituição de CPI da Reforma Agrária:**REQUERIMENTO Nº 1969****Súmula:**

Requer, com fundamento nos artigos 62, parágrafo 3º da Constituição Estadual e 36, parágrafo 4º do Regimento Interno, a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída por 15 (quinze) membros e com prazo de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar, nos últimos 20 (vinte) anos, os resultados dos programas públicos destinados à regularização fundiária e à reforma agrária, neste Estado.

Senhor Presidente:

Tendo em vista a justificativa em anexo, os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e com base no artigo 62, parágrafo 3º da Constituição Estadual, e no artigo 36 do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 15 (quinze) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar, nos últimos 20 (vinte) anos, os resultados dos programas públicos voltados à regularização fundiária e à reforma agrária neste Estado, e demais questões relacionadas ao tema.

Sala das Sessões, em 09.09.2003.

(aa) DURVAL AMARAL, BARBOSA NETO, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, ADEMAR TRAIANO, FERNANDO RIBAS CARLI, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, HER-

MAS BRANDÃO, VALDIR ROSSONI, DUÍLIO GENARI, NELSON JUSTUS, FRANCISCO BÜHRER, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, CLEITON KIELSE, DOUTOR LUCIANO, RENI PEREIRA, MAURO MORAES, RATINHO JÚNIOR e JOCELITO CANTO.

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos vinte anos, em que a agricultura paranaense cresceu a taxas mais elevadas que as nacionais e ganhou produtividade que a coloca entre as mais competitivas do mundo, intensificou-se, de forma contraditória, a pressão social por assentamentos no campo e, em contrapartida, foram feitos maciços investimentos públicos nessa área. Apesar disso, a população não está inteiramente a par dos resultados de tais ações, tanto no que se refere aos recursos públicos investidos quanto em relação à prestação de contas pelos beneficiados por esses programas.

Por outro lado também é de fundamental importância para os interesses socioeconômicos de nosso Estado, para a segurança de nossos trabalhadores do campo, dos produtores e da população em geral, e principalmente, para assegurar a ordem pública através do cumprimento da lei e das decisões judiciais que garantem o estado de direito, que se investiguem e apurem os abusos que vêm sendo cometidos mediante a sistemática e indiscriminada invasão de terras, em flagrante e ostensivo desrespeito aos princípios que regem a reforma agrária racional e justa, que se faz necessária. As invasões tal como procedidas, acarretam, inexoravelmente, o desemprego, a insegurança, a retração de investimentos, e o conseqüente declínio econômico no Estado, conforme diuturnamente denuncia-se através da mídia estadual e nacional.